



# As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva

## *Brazil-China relations in Lula and Dilma's governments: internal bourgeois and conflictive subordination*

DOI: 10.21530/ci.v15n3.2020.1078

Tatiana Berringer<sup>1</sup>

Bruna Belasques<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho analisa as relações entre os Estados brasileiro e chinês durante os governos Lula e Dilma. Busca-se confrontar análises acadêmicas que criticaram a política externa dos governos Dilma, tendo em vista o perfil da presidenta ou o impacto da diminuição do preço das commodities. Nossa hipótese é a de que houve continuidade da estratégia da inserção internacional do Estado brasileiro dos dois governos do PT, apesar dos resultados econômicos e da projeção política terem sido menores. Investigamos a posição da grande burguesia interna brasileira em relação à política externa. Concluimos que a crise da política doméstica e a nova dinâmica da economia política internacional acabaram produzindo efeitos pertinentes na composição da frente política neodesenvolvimentista, e, especialmente, para a perda de apoio da burguesia interna pelo governo Dilma. No entanto, é possível identificar que as relações com o Estado chinês

#### Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



1 Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP; Professora Adjunta 1 de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC — UFABC, São Paulo, Brasil.

(berringer.tatiana@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1839-914X>

2 Graduada em Relações Internacionais e em Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do ABC — UFABC, São Paulo, Brasil.

(bbelasquess@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1070-5245>

Artigo submetido em 01/05/2020 e aprovado em 08/10/2020.





não representam uma contradição latente no interior dessa fração de classe, apesar do aumento das importações chinesas para o Brasil desde 2008, isso porque há um relativo consenso entre o agronegócio e a indústria sobre a recepção dos investimentos chineses em setores estratégicos como energia e infraestrutura.

**Palavras-chave:** Dilma; Política Externa; Brasil-China; Burguesia Interna.

## Abstract

This paper analyzes the relations between the Brazilian and Chinese states during the Lula and Dilma governments. It aims at confronting academic analyses that criticized the foreign policy of Dilma's governments due to the president's profile or the impact of lower commodities prices. Our hypothesis is that there was continuity of the two PT's government strategy for international insertion of the Brazilian State, although the economic results and the political projection were smaller. We investigated the position of the great Brazilian internal bourgeoisie about foreign policy. We conclude that the domestic policy crisis and new dynamics of the international political economy, ended up producing relevant effects for the maintenance of the neodevelopmentist political front, and, especially, for the loss of support of the internal bourgeoisie to the Dilma government. However, it is possible to identify that relations with the Chinese State do not represent a latent contradiction within this class fraction, despite the increase in Chinese imports to Brazil since 2008, because there is a relative consensus between agribusiness and industry on the reception of Chinese investments in strategic sectors such as energy and infrastructure.

**Keywords:** Dilma; Foreign policy; Brazil-China; Internal Bourgeoisie.

## Introdução

Este trabalho busca analisar as relações sino-brasileiras durante os governos do PT — Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) —, investigando se houve ou não continuidade entre as duas administrações face às transformações na política internacional, após a crise financeira internacional de 2008, especialmente, com a ascensão econômica e política do Estado chinês. Buscamos confrontar as análises que criticam a política externa dos governos Dilma tendo como base: 1) o perfil e as preferências da presidenta; 2) a falta de atenção ou interesse da mandatária com essa temática diante da crise política nacional; 3) a ideia de que teria ocorrido uma alteração da estratégia política da inserção internacional do Estado brasileiro, se comparado com o seu antecessor. Discordamos de algumas





dessas análises e apontamos que, apesar do menor protagonismo do Estado brasileiro, a estratégia política foi a mesma que a dos governos Lula, sobretudo, no que tange à aproximação com o Estado chinês. As diferenças nos resultados políticos e econômicos decorreram da crise política nacional e das transformações na política internacional.

Cornetet (2014), por exemplo, propõe analisar os governos Dilma e Lula a partir dos dados das viagens presidenciais de cada um dos mandatários. O autor detalha que nos primeiros três anos do primeiro mandato de Dilma as viagens internacionais presidenciais foram reduzidas em cerca de 31% face aos três anos iniciais do primeiro mandato de Lula, e houve uma redução de aproximadamente 55% quando comparadas ao segundo mandato do mesmo ex-presidente. Isto é: entre 2003 e 2005, Lula realizou 81 viagens internacionais e, entre 2007 e 2009, 124 viagens; por sua vez, Dilma fez 68 viagens internacionais entre 2011 e 2013. Com base nesses dados, e ao considerar o perfil político e pessoal da presidente, o autor aponta que haveria uma alteração da chamada “diplomacia presidencial”<sup>3</sup>.

Cervo e Lessa (2014) atribuem o declínio do Estado brasileiro nas relações internacionais à dificuldade em “movimentar sociedade e Estado em torno de estratégias de ação externa” (Cervo e Lessa 2014, 104). Isto teria decorrido das características da própria presidenta que, segundo estes autores, teria reduzido os diálogos com o empresariado industrial e com o agronegócio. Assim, os autores atribuem grande peso ao cenário doméstico para justificar a redução do protagonismo internacional do Estado. Em suas palavras: “a crise financeira e econômica internacional apenas de leve afeta o declínio, cujas causas são eminentemente internas” (Cervo e Lessa 2014, 149). Cervo e Lessa (2014) reconhecem a importância do agrupamento BRICS na política internacional, da criação do Conselho de Defesa da UNASUL e do papel do Estado brasileiro desempenhado na CELAC, apesar disso, eles consideram não ter havido continuidade da política externa.

Outras autoras consideram que a política externa do governo Dilma deu prosseguimento ao que vinha sendo desempenhado desde o governo Lula, ainda que com menor intensidade (Saraiva 2014; Sousa 2016). Elas apontam que a política externa desenvolvida durante o governo Dilma deu continuidade no caráter ativo da política externa, ainda que tenha sido menos ativa. Segundo Saraiva

---

3 O termo diplomacia presidencial foi cunhado por Danese (2017) para indicar que o chefe de governo teria se sobreposto ao Ministério das Relações Exteriores na formulação e execução da política externa. Parte-se da premissa de que o Itamaraty tem o controle decisório desta área que é, portanto, neste caso, considerada uma política de Estado.





(2014), o perfil de Dilma e Lula podem também ter influenciado este processo. Apesar disso, a autora acredita que a diminuição da taxa de crescimento do PIB no primeiro governo Dilma deve ser atribuída, de algum modo, à desvalorização internacional do preço das *commodities*.

Bastos e Hiratuka (2017), por seu turno, fazem um contraponto às perspectivas que atribuem grande parte do declínio na cena política internacional ao perfil da ex-presidenta. Os autores apontam que as características de Dilma teriam menor peso diante da conjuntura internacional e da posição do Estado brasileiro como um Estado dominado na estrutura de poder internacional, defendendo que

a bibliografia parece dar muita importância à postura pessoal da presidenta e pouca ao próprio contexto internacional, o que não é recomendável para a análise de um país que não é uma potência capaz de moldar o cenário em que opera. Segundo, porque é questionável que, até o breve segundo governo, Dilma tenha alterado profundamente os objetivos e as táticas da política externa brasileira (Bastos e Hiratuka 2017, 03).

Assim, a expansão da economia mundial na primeira década do século XXI teria privilegiado a inserção internacional brasileira via políticas Sul-Sul. Por sua vez, a desaceleração da economia mundial após 2008 teria prejudicado esse projeto (Bastos e Hiratuka 2017). Ainda segundo Bastos e Hiratuka (2017), o governo Dilma teria mantido uma postura “ativa e ativa” no projeto de inserção internacional do Brasil — exemplo disso seria a conduta do Estado brasileiro no que diz respeito às relações com os Estados Unidos, especialmente, em 2013, no episódio em que a ex-presidenta descobriu ser pessoalmente vítima de espionagem (bem como a Petrobras), resultando no cancelamento da viagem da então presidenta aos Estados Unidos.

Em suma, a bibliografia citada atribui o menor protagonismo brasileiro a dois elementos: à crise doméstica e ao cenário externo, e, divergem sobre o peso atribuído a cada um deles. Abordaremos esses aspectos com mais atenção na segunda seção deste texto. Para nós, a política externa dos governos PT caracteriza-se por uma *subordinação conflitiva*, isto porque as relações com o imperialismo não foram rompidas, apesar de a postura política ter sido conflitiva. As perguntas que o trabalho busca responder são: (i) qual a relação entre os interesses da grande burguesia interna e a política externa dos dois governos?; (ii) foi mantido um projeto de inserção internacional de *subordinação conflitiva*? (iii) como isso se refletiu nas relações sino-brasileiras, considerando tanto a





dinâmica e o conflito entre os dois Estados, e os interesses da grande burguesia interna brasileira? Nossa hipótese é que houve continuidade na política externa entre as duas administrações, refletindo assim em uma inserção de *subordinação conflitiva* face ao imperialismo estadunidense. Este aspecto conflitivo seria ainda reforçado pela aproximação do Estado brasileiro com o Estado chinês, a despeito desta relação ter gerado também conflitos seletivos no interior da grande burguesia interna brasileira, dada a sua composição multissetorial, que, especialmente, reunia, segundo Boito Jr. (2018), a indústria da transformação, o agronegócio, a mineração, as construtoras civis, entre outros segmentos.

Este artigo se insere no campo de análise da política externa (APEX), o qual busca considerar as dimensões da política doméstica frente à dimensão da política internacional. Esta área teve como um de seus principais autores Robert Putnam (2010), por meio da abordagem conhecida como “jogos de dois níveis”, cuja ideia é a de que setores internos (nível II, composto por grupos de interesse) têm poder de influenciar decisões e negociações que serão tomadas em âmbito internacional (nível I, formado por chefes de Estado e diplomatas). Concorda-se aqui com a ideia trazida por Putnam (2010) de que há uma intersecção entre os ambientes internos e externos. No entanto, tomamos como base a teoria marxista, baseada na obra de Nicos Poulantzas.

Van Apeldoorn (2017) e Teschke e Win-jones (2017) apontam que ainda há poucos estudos marxistas na área de análise de política externa. Teschke e Win-jones (2017) consideram que a teoria do Estado de Poulantzas, especialmente a ideia de autonomia relativa do Estado, pode ser um importante ponto de partida para esse campo de estudos. Van Apeldoorn (2017), por sua vez, considera fundamental a análise a partir das classes e frações de classe tanto no âmbito doméstico como para compreender a inserção internacional do Estado. Tendo isso em vista, este trabalho procura contribuir com as análises poulantzianas de política externa (Berringer 2015), promovendo reflexões a partir da relação de um Estado dependente, cuja história e posição política na cena internacional é bastante subordinada aos Estados Unidos.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo conta com outras três seções. Na primeira, enunciamos dois conceitos elaborados pelo marxista Nicos Poulantzas: bloco no poder e burguesia interna. Na segunda, expomos, em linhas gerais, a política externa fomentada durante os governos Lula e Dilma. Na terceira, apresentamos as relações sino-brasileiras a partir dos interesses





e posições da grande burguesia interna brasileira. Assim, nesta última seção, buscamos compreender como, a despeito das assimetrias existentes, as relações entre o Estado brasileiro e o Estado chinês reforçam o caráter de *subordinação conflitiva* face ao imperialismo estadunidense e representam os interesses dessa fração de classe, apesar de existirem conflitos sociais no seu interior.

## **Classes sociais: burguesia interna e neodesenvolvimentismo**

Nicos Poulantzas destaca em *Poder político e Classes sociais* (1977) e *Classes Sociais no Capitalismo de hoje* (1978) a importância de considerar as dimensões políticas e ideológicas para as análises de classes marxista, isto porque, segundo o autor, não seriam apenas os aspectos econômicos que determinam a posição das classes ou frações de classes. Julgamos importante para esse artigo discorrer sobre dois conceitos trazidos pelo autor — bloco no poder e burguesia interna — e apresentaremos como eles são utilizados para analisar a política brasileira contemporânea.

Segundo o autor marxista, entende-se como bloco no poder a relação de unidade contraditória entre classes e frações de classes, organizadas pelo Estado em determinada conjuntura histórica. O bloco no poder não é estático, e se organiza através da hegemonia de uma classe ou fração de classe, que impõe unidade entre as classes e frações de classe. A fração hegemônica tem os seus interesses prioritariamente atendidos pela política do Estado (Poulantzas 1977).

Os fracionamentos de classe em formações sociais dependentes diante da internacionalização produtiva sob a hegemonia dos Estados Unidos, que marca a atual fase do imperialismo, é tratado por Poulantzas a partir de três clivagens: a) a burguesia nacional, que é uma “[...]fração autóctone da burguesia que, a partir de certo tipo e grau de contradições com o capital imperialista estrangeiro, ocupa, na estrutura ideológica e política, um lugar relativamente autônomo” (Poulantzas 1978, 76), podendo, em determinadas circunstâncias, construir alianças com as massas populares, como, por exemplo, durante os processos de libertação nacional de alguns Estados africanos e asiáticos; b) a burguesia interna que representa uma posição intermediária entre a burguesia compradora e a burguesia nacional, isto é, ela é “imbricada aos múltiplos elos de dependência aos processos de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional do capital”, por isso,





“ela possui um fundamento econômico e uma base de acumulação próprios *ao mesmo tempo* não afetando a dominação do capital americano” (Poulantzas 1978, 77 e 78). Assim, apesar de dependente do capital imperialista, essa fração reivindica uma postura conflitiva em determinados momentos para concorrer e sobreviver diante daquele; c) a burguesia compradora, a qual “não tem base própria de acumulação do capital (...), [é] do ponto de vista, econômico, político e ideológico, enfeudada no capital estrangeiro” (Poulantzas 1978, 76), e, por isso, acaba sendo mera agente do capital imperialista estrangeiro no seio da formação social dependente.

Ao utilizar o aporte teórico poulantziano para interpretar os governos Lula e Dilma, Boito Jr. (2012, 18) destaca que essas administrações foram marcadas pela grande burguesia interna brasileira dirigindo o bloco no poder, deslocando o poder incontestado do capital financeiro nacional e internacional, cuja configuração era de burguesia compradora (Boito Jr. 2018). Para o professor, a grande burguesia interna no Brasil seria composta por setores do agronegócio, estatais, indústria, bancos e construção civil, sendo que esta aglutinação decorria da “reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro” (Boito Jr 2012, 07). Durante as gestões de Lula e Dilma, o Estado contou ainda com o apoio do proletariado, do campesinato e da massa marginal, constituindo a “frente neodesenvolvimentista”<sup>4</sup>.

No que diz respeito à política externa executada durante os governos Lula e Dilma, apontamos que esta promoveu grandes mudanças face àquela realizada durante os governos de FHC, determinadas pelas mudanças no bloco no poder (Berringer 2015). Ao refletir os interesses da burguesia interna, a posição do Estado na cena política internacional transitou de *subordinação passiva* para *subordinação conflitiva* em relação ao imperialismo. Isso porque a política externa deve ser analisada a partir dos interesses e da hegemonia do bloco no poder; se a fração hegemônica é a burguesia compradora, a posição política do Estado na cena política internacional é de subordinação passiva, mas se a burguesia interna assume a direção das políticas estatais, o Estado assume uma postura de subordinação conflitiva, e se há a constituição de uma burguesia nacional em aliança com os setores populares, pode-se assumir uma postura anti-imperialista, que implica em rupturas políticas, o que acontece em processos de transição revolucionária

---

4 Boito Jr. (2018) usa o termo frente, ao invés de aliança ou coalizão, pois, segundo ele, o projeto neodesenvolvimentista carregaria em si certa instabilidade associada ao conflito social da distribuição de renda.





(Berringer 2015). Vejamos, na próxima seção, como se caracterizou a política externa brasileira nos governos Lula para então analisarmos os governos Dilma.

## **A política externa brasileira nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016)**

Durante os governos Lula, o Estado brasileiro buscou uma inserção internacional que ficou conhecida como “ativa e ativa”. Este termo, em alguma medida, decorreu da grande participação propositiva, via formação de coalizões com Estados dependentes, e “na postura crítica à assimetria de poder e das regras desiguais nas organizações internacionais” (Berringer 2015, 163). Essa aproximação com os Estados dependentes pautou-se por um discurso terceiro-mundista, utilizado para promover o multilateralismo e investiu-se em iniciativas de Cooperação Sul-Sul, cujo objetivo era o fomento de produção científica, tecnológica, o combate à fome e defesa da saúde coletiva. Além disso, destaca-se a ênfase conferida aos processos de integração sul-americanos, em especial, o fortalecimento do Mercosul e a criação da Unasul (Berringer 2015).

Mas, cabe lembrar que o Estado brasileiro manteve relações com os EUA: o presidente, inclusive, realizou 13 visitas ao país<sup>5</sup>. Defendemos que a PEB não alterou a posição do Estado brasileiro na estrutura de poder internacional, pois, não se tratava de uma política independente ou revolucionária e, a despeito de contradições pontuais e importantes, não houve ruptura com o imperialismo. Desse modo, cabe apontar as divergências entre o Estado brasileiro e os Estados imperialistas, entre elas destacam-se: o arquivamento do Protocolo 505 da Base de Alcântara no Maranhão, o “enterro” das negociações do acordo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o adiamento das negociações entre o Mercosul e a União Europeia e a criação do Conselho de Defesa Sul-americano. Assim, a partir do arcabouço poulantziano, denominamos este fenômeno como *subordinação conflitiva* (Berringer 2015).

A política externa dos governos Lula buscava refletir os interesses da frente neodesenvolvimentista dirigida pela grande burguesia interna brasileira, evidentes nas seguintes ações:

---

5 As viagens realizadas pelo ex-presidente Lula estão disponíveis em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/> > ; < [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-2o-mandato](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-2o-mandato/) > . Acesso em: 01 nov. 2019.





(i) o apoio do Estado para a conquista de novos mercados para exportação de seus produtos e para a realização de investimentos diretos no exterior; (ii) a prioridade para os seus produtos e serviços nas compras do Estado e das empresas estatais e (iii) uma maior proteção do Estado para o mercado interno. Para nós, foi justamente por isso que os principais focos de atuação internacional do Estado brasileiro foram: (i) a ênfase nas relações Sul-Sul; (ii) a prioridade dada à América do Sul; (iii) a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e (iv) as negociações e o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (Boito Jr e Berringer 2013, 34 e 35).

Percebe-se, desse modo, que a PEB dos governos Lula buscou a aproximação com os Estados dependentes a fim de beneficiar a grande burguesia interna brasileira, a qual pôde expandir negócios com estas formações sociais<sup>6</sup>. Nesse quadro, evidenciam-se as relações com o Estado chinês que detalharemos no próximo tópico.

Assim, nos governos Dilma nota-se uma continuidade das políticas de integração regional, de construção dos BRICS, e aproximação com o Estado chinês que garantiram maior poder de barganha ao Estado brasileiro em negociações internacionais, e aumentaram a margem de manobra do Estado em relação aos EUA. A exemplo disso podemos citar a expansão do Mercosul, por meio da entrada do Estado venezuelano em 2012 (após a suspensão do Estado paraguaio em função do golpe de Estado que destituiu o presidente Fernando Lugo) e da aprovação da entrada do Estado boliviano em 2015 (Bastos e Hiratuka 2017). Portanto, em oposição ao que foi defendido por Cervo e Lessa (2014), naquilo que concerne à relação com os empresários, Bastos e Hiratuka (2017) e Boito Jr. e Berringer. (2013) apontam que a política econômica dos governos Dilma teria dado continuidade à estratégia da inserção internacional iniciada nos governos Lula. E, nesse sentido, a política externa buscava privilegiar os interesses da burguesia interna brasileira, fração de classe que dirigia o bloco no poder do período (Boito Jr e Berringer 2013).

Cabe lembrar que, com apoio das associações empresariais, o governo Dilma buscou reduzir a taxa Selic (juro básico), o *spread* bancário e depreciar o real frente ao dólar. Estas medidas teriam sido implementadas com objetivo de estimular maior participação do setor industrial no PIB e elevar a exportação

---

<sup>6</sup> Para interpretações distintas das nossas a respeito da política externa dos governos Lula sugerimos ler: Cervo e Bueno (2008), Vigevani e Cepaluni (2011) e Spektor (2014).





de manufacturados<sup>7</sup>, o que pode ser visto como a tentativa de aprofundar o neodesenvolvimentismo. Bastos e Hiratuka (2017) enfatizam que:

O governo Dilma elevou barreiras comerciais e exigências de conteúdo nacional como contrapartida de acesso a subsídios fiscais e encomendas estatais, de modo a estimular o investimento direto externo em substituição de exportações oriundas de outros elos da rede produtiva das corporações transnacionais, na cadeia do petróleo, nos ramos de equipamentos militares, de comunicação e hospitalares, eletrônicos e automobilística (Bastos 2012b apud Bastos e Hiratuka 2017, 17).

É verdade que, a partir de 2012/2013, em meio a menores taxas de crescimento globais, e, em especial, com a redução do preço internacional das *commodities*, a economia brasileira, em posição dependente na divisão internacional do trabalho, começou a sentir maiores impactos<sup>8</sup>. Assim, a economia brasileira passou a apresentar menores taxas de crescimento, quando não um decréscimo no PIB como ocorrido em 2015 e 2016. Mas, defendemos que foi a partir das manifestações de 2013 que passou a ocorrer uma intersecção entre a crise econômica e política. Em outras palavras, foi a partir desse momento que setores da grande burguesia interna começaram a tecer críticas aos resultados da política econômica e da política externa do governo Dilma (Berringer e Reis 2018). Foi a partir do Golpe de 2016 que isso se tornou mais explícito: por exemplo a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) passaram a apoiar o acordo Mercosul-União Europeia e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) não (Berringer e Forlini 2018).

Sustentamos então que não houve uma mudança relevante no projeto de inserção internacional brasileiro entre os governos Lula e Dilma, pois este não deixou de guardar relação com os interesses de partes da grande burguesia interna brasileira (Boito Jr e Berringer 2013; Bastos e Hiratuka 2017). Isto é, a estratégia desempenhada na política econômica, social e externa continuou pautada pela

---

7 Carvalho (2018) reconhece que a implementação destas medidas buscava atender parte do que chamamos de burguesia interna, referindo-se a estratégia como “Agenda FIESP”. A autora vê esta questão de modo negativo, pois, segundo ela, isto não levaria a um crescimento sustentado da economia brasileira. Em linhas gerais, o argumento da professora é o de que este crescimento teria como objetivo a exportação de produtos brasileiros e não mais um crescimento com foco no mercado interno. Contudo, conforme argumenta, os bens industrializados brasileiros não seriam capazes de competir com os provenientes de países asiáticos que têm custos menores.

8 Carvalho (2018) traz um dado importante acerca da queda expressiva das exportações brasileiras, de 11 % em 2010 para 0,3 % em 2012.





plataforma neodesenvolvimentista<sup>9</sup>. Contudo, reconhecemos que, com a existência dos impactos da crise doméstica e externa, parte desta fração de classe teria ficado insatisfeita com os resultados proporcionados pelas políticas de Dilma, assumindo uma posição crítica e se aliando à frente neoliberal ortodoxa que apoiou e se beneficiou do golpe de 2016. Os principais motivos para a perda do apoio dessa fração ao governo foram, como já apontado, o menor crescimento do PIB, reflexo da crise financeira internacional, além do aumento do número de greves e dos ganhos reais de salário dos trabalhadores. Isso levou, segundo Boito Jr. (2018), à ruptura da frente neodesenvolvimentista, fazendo com que parte da burguesia interna brasileira se aliasse à frente neoliberal ortodoxa, composta pela burguesia compradora (especialmente, composta pelo capital financeiro e capital externo) e pela alta classe média. Esses setores, que contaram ainda com o apoio da grande imprensa e com a ação do imperialismo, formaram a frente que dirigiu o golpe.

Assim, defendemos que a política externa de Dilma deu continuidade a uma estratégia de *subordinação conflitiva* presente desde o governo antecessor, através das iniciativas de integração regional e do BRICS. Contudo, é válido ressaltar que os resultados econômicos e políticos não foram tão expressivos quanto ao do período precedente. Vejamos agora como as relações com a China também favoreceram uma política externa *conflitiva* face ao imperialismo estadunidense durante o mandato de Dilma e qual o posicionamento da grande burguesia interna face às dinâmicas sino-brasileiras.

## As relações sino-brasileiras nos governos PT

No início dos anos 2000 houve maior aproximação nas relações sino-brasileiras tanto na perspectiva bilateral, quanto multilateral. Isso decorre das mudanças da política doméstica e externa dos Estados. No início do século XXI, o Estado chinês, com a ascensão de Hu Jintao ao cargo de presidente, deu continuidade em sua retórica de busca pela paz, estabilidade e uma política externa que teria como vetor o desenvolvimento, procurando se aproximar dos Estados dependentes, dentre eles, o Brasil (Sousa 2016). O Estado brasileiro, por seu turno, buscou uma inserção internacional que entendemos como “*subordinação*

---

9 Embora não tenha ocorrido grandes mudanças em termos de política externa entre os governos Lula e Dilma, é preciso apontar que, a partir do segundo governo de Dilma, com a entrada de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, há um gradativo desmonte da política econômica neodesenvolvimentista, via implementação do ajuste fiscal (Carvalho 2018).





*conflitiva*”. A política externa desse período permitiu que o Estado brasileiro buscasse a diversificação de parceiros e foi um instrumento necessário para o neodesenvolvimentismo.

Assim, em 2004, o Presidente Lula viajou à China ao lado de diversos empresários, governadores e ministros. Em seguida, o Estado brasileiro reconheceu a China como economia de mercado — esta decisão gerou e ainda gera muitas críticas por parte das entidades empresariais brasileiras<sup>10</sup> (Becard 2011). A respeito da viagem mencionada, Becard (2011) aponta que “acreditava o Brasil que a China estava em condições de contribuir com seu progresso, sobretudo por meio de investimentos na infraestrutura e da aquisição de produtos brasileiros” e “o saldo final da visita foi nove atos bilaterais e 14 contratos empresariais assinados” (Becard 2011, 37). Além disso, na ocasião, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível Concertação e Cooperação (COSBAN), objetivando a construção de uma parceria de longo prazo que pudesse ser guiada pelos representantes de alto nível dos Estados — figurados na presença da então vice Primeira Ministra chinesa e do vice-Presidente brasileiro, José de Alencar. Este foi considerado um dos principais meios de coordenação nas relações sino-brasileiras. Desse modo, a partir do governo Lula, o Estado chinês passou a possuir caráter estratégico<sup>11</sup> para o Estado brasileiro, tanto do ponto de vista político (podendo ser, em determinados momentos, importante aliado em fóruns internacionais), quanto sob perspectiva econômica (uma vez que a China poderia ser um grande mercado para exportação e fonte de investimentos).

Como apontado, o Estado chinês, durante os anos 2000, aproximou-se dos Estados sul-americanos e africanos buscando matérias-primas e mercados para manter o seu crescimento econômico (Becard 2011). Em relação ao Brasil, cabe destacar alguns aspectos dos interesses chineses, os quais, segundo Becard, estariam associados a:

- i) explorar matérias-primas e recursos energéticos considerados necessários para dar prosseguimento à expansão da economia chinesa; ii) aumentar o lucro dos negócios chineses, seja por meio da venda de produtos com maior valor agregado, seja por meio do fornecimento de empréstimos a

---

10 As críticas ao reconhecimento do *status* de economia de mercado para a China têm sido promovidas sobretudo pela FIESP e pela CNI (Fiesp 2013; CNI 2016).

11 Utilizamos aqui o termo “estratégico” no sentido de política e economicamente importante. Mas deve-se apontar que formalmente o Estado brasileiro e o Estado chinês possuem uma Parceria Estratégica desde 1993, quando o Primeiro Ministro Zhou Rongji visitou o Brasil, e uma Parceria Estratégica Global desde 2012. Para saber mais, ver Biato Júnior (2010) e Sousa (2016).





brasileiros; iii) garantir a presença chinesa no mercado brasileiro e, por meio deste, no mercado sul-americano, considerado cada vez mais competitivo, restritivo e protegido por altas tarifas de importação; iv) trocar informações na área de ciência e tecnologia e adquirir tecnologias de ponta; v) utilizar a parceria como forma de diversificar os negócios chineses e aumentar o poder de barganha do país no cenário internacional, evitando dependência e assimetrias frente a outros parceiros (Becard 2011, 40).

Assim, desde 2009, a China tornou-se a maior importadora de insumos brasileiros, compostos majoritariamente por produtos básicos — 77% em 2008. Isso levou a balança comercial entre Brasil e China a apresentar assimetrias (a economia brasileira exporta mais bens primários e semimanufaturados para a RPC, enquanto o Estado da China mostra-se um importante exportador de bens manufaturados e com maior valor agregado)<sup>12</sup>. Isto posto, é preciso destacar que as relações econômicas entre estes Estados não se restringem à exportação brasileira de matérias-primas e às compras brasileiras de produtos industrializados produzidos na China. As relações sino-brasileiras são muito heterogêneas: o Estado chinês vem promovendo também grande quantidade de investimento estrangeiro direto (IED) no Brasil<sup>13</sup>. Cabe, no entanto, refletir qual o caráter de tais investimentos e quais seus benefícios. Becard (2011) aponta que “fez igualmente parte dos interesses chineses aumentar seus investimentos diretos, com vistas a garantir segurança energética, sustentabilidade de recursos e expansão de mercados externos” (Becard 2011, 40). Os IEDs estão presentes em setores como: automotivo, energia, siderurgia e na indústria eletrônica — como, por exemplo, as empresas chinesas na zona franca de Manaus no setor eletrônico, segmento no qual até 2006 foram investidos R \$396 milhões (Becard 2011).

Diante desse quadro, o Estado brasileiro criou, em 2008, com apoio de entidades empresariais, a “Agenda China”, com o objetivo de reduzir os desequilíbrios da relação comercial buscava, especificamente:

---

12 Tem sido cada vez mais comum discussões acerca da “atual inserção internacional do país [Brasil], de sua estratégia e de suas parcerias, assim como de suas potencialidades e fragilidades e, em especial sobre o próprio relacionamento com a China” (Oliveira 2016, 151). Há, assim, um amplo debate na economia política acerca da perda da participação da indústria na composição do PIB (Produto Interno Bruto). Oliveira (2016) discorda da tese acerca da qual a desindustrialização brasileira está diretamente associada às relações Brasil-RPC, como contraponto ele ressalta que há, na verdade, uma perda da competitividade brasileira face ao incremento da produtividade chinesa.

13 Segundo o CEBC (2019), os investimentos das empresas brasileiras no Brasil tiveram a seguinte evolução: 13,1 bilhões de dólares em 2010, 8 bilhões de dólares em 2011, 3,4 bilhões de dólares em 2012 e 2013, 1,7 bilhões de dólares em 2014, 7,4 bilhões de dólares em 2015, e 8,4 bilhões de dólares em 2016, 8,8 bilhões de dólares em 2017 e 3 bilhões de dólares em 2018.





i) aumentar o conteúdo tecnológico das exportações ao mercado chinês com produtos de maior valor agregado do que os já tradicionalmente exportados; ii) equilibrar de modo quantitativo e qualitativo a balança comercial sino-brasileira, por meio do aumento da exportação de produtos industrializados brasileiros; iii) incrementar as exportações brasileiras de produtos intensivos no uso de recursos naturais, atendendo ao crescimento da demanda por produtos que a China tem dificuldade em garantir autossuficiência e aproveitando a sazonalidade da produção; iv) aumentar a participação brasileira em missões, feiras e projetos específicos com a China, de modo a permitir o incremento de ações coordenadas entre parceiros de ambos os países. Foram igualmente contempladas pela Agenda iniciativas de atração de investimentos chineses para o Brasil, inclusive nas áreas de infraestrutura e logística (Barral 2008 apud Becard 2011)

Além disso, em 2010, foi aprovado o primeiro Plano de Ação Conjunta (PAC) para o período de 2010-2014, visando reduzir as assimetrias entre os dois Estados e melhor orientar suas relações bilaterais (Brasil 2010). Este plano foi assinado inicialmente por Lula, na ocasião em viagem à China, e Hu Jintao em 2009 (Becard 2011). Em 2014, o Presidente Xi Jinping esteve no País e, em 2015, o Primeiro-Ministro Li Keqiang:

Esses encontros oficiais indicam uma aproximação concreta entre ambos os governos e o amadurecimento das relações bilaterais, fortalecendo, inclusive, o setor empresarial. No marco da visita do Primeiro-Ministro, foram assinados 35 acordos entre instituições e empresas de ambos os países, cobrindo áreas que vão do setor agrícola à pesquisa em tecnologia espacial, dentre os quais cabe mencionar a constituição de um fundo bilateral para investimentos em infraestrutura e energia (CEBC 2016, 16).

Assim, vale ainda citar o surgimento do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), desde 2004, o qual tem, em linhas gerais, como objetivo “aperfeiçoar o ambiente de comércio e investimento entre os países”. Este passou a ser oficialmente reconhecido pelos dois Estados em 2015 (CEBC 2018).

Na esfera multilateral, o Estado brasileiro buscou obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, e, por isso, esperava obter apoio do Estado chinês e, por isso, reconheceu a China como economia de mercado. A despeito disso, o Estado chinês votou contra a proposta de reforma do CS das Nações Unidas e, conseqüentemente, contra a participação do Brasil como membro permanente (Becard 2011; Sousa 2016). Pouco tempo depois,





ambos deram início à criação do BRIC<sup>14</sup>, provavelmente uma das iniciativas mais importantes de política externa realizada durante o governo Lula. Segundo Stuenkel, o BRIC contribuiria para a construção de uma ordem internacional mais multipolar:

o termo BRIC deve servir à necessidade de cada país elevar seu *status* internacional como uma potência dinâmica e emergente com crescimento nos assuntos mundiais. ‘Os BRICs’ fornecem legitimidade e autoridade adicional, ao ajudar esses países a serem reconhecidos pelas potências desenvolvidas (...). Ser um membro dos BRICS implica um considerável grau de reconhecimento social — parcialmente fornecido pelos outros membros, mas também por analistas econômicos e formadores de opinião renomados — que podem aumentar o poder de barganha dos países (Stuenkel 2014, 91, tradução nossa)<sup>15</sup>.

Por fim, o que esta seção nos ajuda a perceber é que 1) o poder econômico chinês acabou também lhe proporcionando uma nova posição política na cena internacional (Becard 2011; Oliveira 2012; Clegg 2009 apud Sousa 2016), de modo que no início do século XXI a China passou “a dar maior importância para a ideia de cultivar um reconhecimento legítimo da sociedade internacional. O Estado passou a reconhecer mais abertamente que necessitava de aceitação externa” (Sousa 2006, 193). Por um lado, isso permitiu também que 2) o Estado brasileiro, resguardado no discurso de Sul Global da PEB do período, encontrasse no Estado chinês um parceiro na busca por construir um sistema internacional mais multipolar, o que colaborava também com o projeto de inserção internacional do governo Lula. No que diz respeito à burguesia interna, nota-se que 3) a despeito das assimetrias existentes, o governo Lula buscou atender os interesses dos setores exportadores que integravam a grande burguesia interna brasileira.

Nesse quadro, vemos um avanço das relações bilaterais e multilaterais durante os governos Dilma. No âmbito multilateral, destaca-se a maior institucionalização

---

14 Os Estados que integram o BRIC reuniram-se pela primeira vez em 2006 a margem da Assembleia Geral da ONU, a primeira cúpula entre os Estados realizar-se-ia apenas em 2009. Vale, no entanto, dizer que o termo surgiu em 2001 devido a fala do economista Jim O’Neill, do Goldman Sachs.

15 Do original: “the BRIC term may serve each country’s need to increase its international status as a dynamic and emerging power with a growing role in global affairs. ‘The BRICs’ provides additional legitimacy and authority, helping these countries to be recognized by the established powers as having those attributes. Being a BRICs member implies a considerable degree of social recognition—partly provided by the other members but also by prestigious economic forecasters and opinion makers—that might enhance each country’s bargaining power” (Stuenkel 2014, 91).





dos BRICS que teve como origem a entrada do Estado sul-africano em 2011 e a criação do Arranjo de Contingente de Reservas (ACR) e do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) — conhecido como “Banco dos BRICS”, na VI Cúpula do grupo em Fortaleza, em 2014. A entrada formal da África do Sul no então BRIC foi de importante valia para a expansão política e a Cooperação Sul-Sul, contribuindo para reforçar o discurso de construção de uma ordem internacional multilateral.

De acordo com Vasconcelos (2018), a criação do ACR e do NBD “[...] não apenas serviria para atender as demandas particulares dos Estados-membros, mas cumpriria também a função de servir como exemplos da visão dos BRICS para a constituição de uma nova arquitetura das finanças internacionais” (Vasconcelos 2018, 147). Mesmo representantes da frente neoliberal no Brasil, como Marcos Troyjo<sup>16</sup>, concordam com a importância do BRICS para a construção de uma ordem mais multipolar. Troyjo aponta que o agrupamento colabora com a criação de ferramentas de governança internacional, ao institucionalizar-se via NBD<sup>17</sup>. Por isso, o autor destaca que as novas instituições do BRICS representam um processo de *subordinação conflitiva* face às instituições de Bretton Woods, uma vez que não rompem com essas, mas tampouco associam-se passivamente a elas (Vasconcelos 2018).

O ACR seria uma espécie de “fundo monetário do NBD”, que conta com um montante de reservas no valor de US\$100 bilhões, as quais podem ser utilizados em caso de crises de liquidez e/ou de pressões no balanço de pagamentos — o valor foi aportado pelos Estados que compõem o BRICS. É preciso ainda dizer que, para ter acesso a 70% dos recursos do ACR, é necessário que o Estado requerente tenha em curso um acordo com o FMI, caso contrário o acesso será reduzido a apenas 30% do montante. Ainda que criado pelos cinco membros do BRICS, o NBD prevê em sua resolução empréstimos para outros Estados dependentes e também a adesão de novos membros nos médio e longo prazos, desde que estes sejam membros da ONU (NBD, 2014, 2017). Segundo o acordo assinado em Fortaleza, os aportes do Banco serão direcionados para a iniciativa pública ou privada, com objetivo de financiar projetos que propiciem desenvolvimento sustentável e de infraestrutura: energia renovável, transporte, saneamento básico e irrigação (NBD, 2014). Assim, os empréstimos são concedidos mediante a

---

16 Marcos Troyjo era, no período, representante do Brasil na direção do NBD (EBC, 2020).

17 Argumento defendido no programa Roda Viva, em 29/02/2019. Disponível em: <[https://tvcultura.com.br/videos/52124\\_roda-viva-marcos-troyjo-29-02-2016.html](https://tvcultura.com.br/videos/52124_roda-viva-marcos-troyjo-29-02-2016.html)> Acesso em: 20 nov. 2019.





apresentação de projetos (Vasconcelos 2018). Por isso, este autor destaca que a criação de tais mecanismos estava ligada aos interesses da grande burguesia interna brasileira.

Bastos (2017) e Singer (2016) chamam atenção para o fato de que, já no primeiro mandato de Dilma, houve uma crescente postura defensiva de segmentos industriais face à concorrência chinesa, como se pode ler na Carta da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) ao Ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior em 2011:

[...] em janeiro/2011, tivemos uma audiência com V. Excelência, [...] oportunidade em que pudemos apresentar-lhe um “livro azul”, que continha 814 (oitocentas e quatorze) NCM’s que apresentavam sérios problemas de competitividade em relação às importações vindas de todos os lugares do mundo, mas principalmente da China. Naquela ocasião, demonstramos à V. Excelência que as máquinas e equipamentos vindas da Europa custavam cerca de 40% menos que as nacionais e, no caso específico da China, a diferença de preço era de 5 a 10 vezes.

Ocorre que, passados 11 meses, não foi implementada nenhuma medida concreta, que pudesse diminuir a assimetria existente entre os fabricantes de máquinas e equipamentos nacionais e importados. Com a crise na Europa e nos E.U.A, a situação se agravou ainda mais e continuamos a ser invadidos por manufaturados vindos de todo o mundo, mas principalmente da China [...] (ABIMAQ, 2011).

Em 2016, a CNI seguiu reticente à concorrência chinesa:

A forte presença chinesa impactou, principalmente, os setores eletrônicos, máquinas e equipamentos, calçados, vestuário e têxtil. Abijaodi explicou que, nos eletrônicos, o coeficiente de importação do Brasil para a China aumentou de 3,4% para 17,6% entre 2012 e 2015. Para o setor vestuário, subiu de 1,1% para 7,5%. O coeficiente de importação mede a participação do insumo importado na produção (CNI, 2016).

Neste período, a entidade também expressou sua oposição ao reconhecimento do *status* de economia de mercado para a China, justificando que a interferência estatal sobre as empresas seria muito alta (Época, 2016). Esse cenário também se refletiu para as relações com a América do Sul. Nas palavras de Bastos:

as exportações de manufaturados sofreram indiretamente com a deflação das commodities por conta da crise de seus principais mercados na América do Sul. Nesses mercados declinantes, como vimos, as exportações brasileiras





enfrentaram a concorrência crescente de exportações chinesas e dos países de origem das filiais instaladas no Brasil. A perda de participação nos mercados em desaceleração na América do Sul ajuda a explicar o declínio do entusiasmo da indústria brasileira e, em particular, da FIESP em relação à integração comercial sul-americana valorizada pelos governos liderados pelo PT (Bastos 2017, 26)<sup>18</sup>.

Mas, ao mesmo tempo, a Fiesp (2012), no documento “Panorama China” manifestou preocupação com a desaceleração econômica pós 2008, e o possível impacto das exportações brasileiras para lá. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) afirmam a necessidade de aprofundamento e expansão das relações com o Estado asiático, dado que as exportações brasileiras de soja e carne tiveram esse como o destino prioritário<sup>19</sup>, reivindicam o estabelecimento de uma parceria estratégica em políticas de segurança alimentar, abastecimento e de inovação agropecuária. Assim, elencaram as seguintes propostas ao Estado brasileiro (CNA, 2018, 69):

- Estabelecer Acordo de Facilitação de Comércio para eliminar entraves burocráticos entre os dois países.
- Formular Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI);
- Firmar Acordo de Cooperação para Assistência Técnica e Profissional aos produtores rurais e intercâmbio de pesquisadores.
- Assinar Acordos Regulatórios para melhorar a transparência e dar celeridade ao processo de análise de registro de eventos Organismos Geneticamente Modificados (OGM)
- Harmonizar as regras de rotulagem entre as distintas províncias chinesas e o Brasil.

Em documento publicado em 2016, o CEBC avalia os investimentos chineses em 2014-2015, tendo em vista a nova posição da China na economia mundial:

O Brasil, naturalmente, faz parte dessa nova fase de investimentos chineses — seja por estar incluído em operações de grandes multinacionais, seja pelas nossas características, dadas pelas atuais circunstâncias do País, pelas

---

<sup>18</sup> Isso se deve, em grande parte, aos compromissos do Mercosul em torno da Tarifa Externa Comum, que acaba sendo um empecilho para que os Estados firmem acordos com Estados fora do bloco de maneira unilateral. Isso apareceu em diversas críticas e manifestações das associações de representantes da burguesia interna brasileira, que passaram a dizer que o Mercosul não pode ser um entrave para as negociações internacionais do Estado brasileiro.

<sup>19</sup> Em 2016, as exportações brasileiras para a China acumularam o montante de 36,6 bilhões de dólares, sendo que 14,2 bilhões foram de soja (aproximadamente 37% das exportações do total das exportações Brasil-China naquele ano) e 1,5 bilhões de carne bovina.





oportunidades de investimentos, especialmente em infraestrutura, e pelo atrativo vindo da oferta de recursos naturais, atualmente concentrado em alimentos (CEBC, 2016, 7).

Percebe-se, assim, que o CEBC e a Agenda China buscam atender aos interesses de setores da burguesia interna brasileira, e reconhecem que as relações Brasil-China têm se concentrado mais em investimentos do que no comércio, com destaque para a área de energia, eletrônicos e automotivos (CEBC, 2016). A CNI também mostra-se favorável à concessão de investimentos estrangeiros diretos por parte da RPC ao Brasil. Carlos Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da entidade, aponta que: “A agenda da indústria para a China tem três pontos: aumentar o acesso dos produtos brasileiros no mercado chinês, fomentar os investimentos de empresas chinesas em projetos estratégicos no Brasil e manter os instrumentos de defesa comercial” (CNI, 2016). Dessa forma, podemos inferir que, apesar de setores da grande burguesia interna brasileira serem contrários ao reconhecimento da China como economia de mercado e requererem do Estado brasileiro a proteção em relação às importações chinesas que ameaçam a indústria, buscam, ao mesmo tempo, aproveitar dos grandes aportes chineses que podem beneficiá-la — especialmente, a recepção de investimentos voltados para a infraestrutura, e o acesso ao mercado chinês para exportações de brasileiras, sobretudo, de produtos básicos.

## Conclusão

Ao analisar a política externa nos governos do PT, percebe-se que esta representou os interesses da grande burguesia interna brasileira. Defendemos, no decorrer deste texto, que as diretrizes da PEB de ambos governos foi a mesma, dada a ênfase na integração regional e o aprofundamento da relação com o Estado chinês. No entanto, reconhecemos que, de algum modo, os resultados econômicos não foram tão positivos. Atribuímos a diferença nos resultados a dois fatores: a desaceleração da economia internacional após a crise de 2008; e, em segundo lugar, destacamos o fato de que o governo enfrentou uma crise política nacional que levou ao golpe de Estado de 2016.

Dessa maneira, defendemos que houve um processo de continuidade da estratégia da política externa brasileira (PEB) nos dois governos. Naquilo que diz





respeito às relações sino-brasileiras, é preciso apontar que tais relações tiveram caráter estratégico em âmbito político nos governos Lula e Dilma, sobretudo via a criação do BRICS, do ACR e do NDB.

Em suma, percebe-se que o governo Dilma, especialmente durante seu primeiro mandato, buscou apoiar a burguesia interna, dando continuidade à frente neodesenvolvimentista constituída nos governos Lula. No caso da China, apesar de o governo brasileiro manter o *status* de economia de mercado, o que desagradava partes da burguesia interna, nota-se também que houve continuidade das iniciativas que procuraram aprofundar as relações bilaterais e garantiram aumento das exportações de *commodities* para a China. Assim, defendemos que os interesses da burguesia interna continuaram a ter reflexos no projeto de inserção internacional do Estado brasileiro, a despeito das contradições em relação ao comércio bilateral. Isso porque os diferentes setores da burguesia interna brasileira parecem concordar com o aumento do investimento externo chinês no Brasil. Diante disso, acredita-se ser válido apontar que a política externa de Dilma tenha dado continuidade a um projeto de *subordinação conflitiva*, que permitiu o aumento da margem de manobra do Estado brasileiro em relação aos Estados Unidos.

## Referências

- ABIMAQ. [Carta ao MDIC:] *Agravamento da competitividade da indústria de transformação frente aos concorrentes internacionais*. 2011a. Disponível em <<http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Detalhe-Palavra-do-Presidente-nova?DetalheClipping=47eCodigoClipping=53>>. Acesso em: 02 de setembro de 2020.
- Bastos, Pedro Paulo Zahluth; Hiratuka, Celso. *A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência*. Campinas: Unicamp, 2017. (Texto para Discussão, n. 306)
- Bastos, Pedro Paulo Zahluth. ASCENSÃO E CRISE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF E O GOLPE DE 2016: PODER ESTRUTURAL, CONTRADIÇÃO E IDEOLOGIA. *Rev. econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, e172129, 2017.
- Biblioteca Presidência da República. *Luiz Inácio Lula da Silva: Viagens internacionais — 1º mandato*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/>>. Acesso em: 09 nov. 2019.





- Biblioteca Presidência da República. *Luiz Inácio Lula da Silva: Viagens internacionais — 2º mandato*. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-2o-mandato> > . Acesso em: 09 nov. 2019.
- Becard, Danielly Silva Ramos. O QUE ESPERAR DAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA? *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n., p. 31-44, nov. 2011.
- Berringer, Tatiana. *A Burguesia Brasileira e a Política Externa nos Governos FHC e Lula*. Curitiba, Editora Appris, 2015.
- Berringer, Tatiana e Reis, Cristina. *Inserção externa decadente e estrutura produtiva dependente. Associação Brasileira Keynesiana*, 2018 (artigo).
- Berringer, Tatiana e Forlini, Luana. CRISE POLÍTICA E MUDANÇA NA POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO TEMER: CONTRADIÇÕES NO SEIO DA BURGUESIA INTERNA BRASILEIRA. *Revista Conjuntura Austral: journal of global south*, Porto Alegre, p. 5-19, 2018.
- Biato Júnior, O. *A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)*. Brasília: FUNAG, 2010.
- Boito Jr., Armando. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Fórum de Discussão FGV. 2012.
- Boito Jr., Armando e Berringer, Tatiana. Classes Sociais, Neodesenvolvimentismo e Política Externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política* V. 21, N° 47. 2013.
- Boito Jr, Armando. *Reforma e Crise Política no Brasil: os Conflitos de Classe nos Governos do PT*. 1ª edição. São Paulo: Editora UNICAMP/Editora UNESP, 2018.
- Brasil. *Agenda China: Ações Positivas para as Relações Econômico-Comerciais Sino-Brasileiras*. 2008. Disponível em: < <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/agenda-china.pdf> > . Acesso em: 04 nov. 2019.
- Carvalho, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CEBC. *Investimentos chineses no Brasil (2014-2015)*. 2016. Disponível em: <https://cebc.org.br/2017/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2014-2015/>. Acesso 02 de set. de 2020.
- CEBC. *Investimentos chineses no Brasil (2017)*. Rio de Janeiro: Não se aplica, 2018. Disponível em: < <https://cebc.org.br/2018/12/11/investimentos-chineses-no-brasil-2017/> > . Acesso em: 30 ago. 2020.
- CEBC. *Investimentos chineses no Brasil (2018)*. Rio de Janeiro: Não se aplica, 2019. Disponível em: < <https://cebc.org.br/2019/09/23/investimentos-chineses-no-brasil-2018-o-quadro-brasileiro-em-perspectiva-global/> > . Acesso em: 30 ago.2020.
- Cervo, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª edição. Brasília: Editora UnB, 2008.





- Cervo, Amado Luiz e Lessa, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 57, n. 2, p. 133-151, Dez. 2014.
- CNA. O futuro é agro (2018-2013). 2018. Disponível em: < <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/Plano-de-Estado-Completo-21x28cm-WEB-12-09.pdf> > . Acesso em: 09 set. 2020.
- CNI. Brasil precisa atrair investimento chinês para infraestrutura, diz diretor da CNI. *Agência de Notícias CNI (Posicionamento)*. São Paulo, 29 ago. 2016. Disponível em: < <https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/brasil-precisa-atrair-investimento-chines-para-infraestrutura-diz-diretor-da-cni/> > . Acesso em: 15 nov. 2019.
- Cornetet, João Marcelo Conte. A POLÍTICA EXTERNA DE DILMA ROUSSEFF: CONTENÇÃO NA CONTINUIDADE. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014.
- Danese, Sergio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. 2ª edição. Brasília: FUNAG, 2017.
- FIESP. *China não é uma economia de mercado, diz FIESP*. 2010. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/noticias/china-nao-e-uma-economia-de-mercado-diz-fiesp/> > . Acesso em: 20 nov. 2019.
- FIESP. *Panorama China*. 2012. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/panorama-china/> > . Acesso em: 20 nov. 2019.
- EBC. *Marcos Troyjo é eleito presidente do banco dos BRICS*. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/marcos-troyjo-e-eleito-presidente-do-banco-do-brics>. Acesso em: 31 ago. 2020.
- Época. *Com economia de mercado na China, Brasil pode perder até 66 mil empregos por ano, diz CNI*. 2016. Disponível em: < <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2016/12/com-economia-de-mercado-na-china-brasil-pode-perder-ate-66-mil-empregos-por-ano-diz-cni.html> > . Acesso em: 20 nov. 2019.
- NBD (NEW DEVELOPMENT BANK). *NDB's General Strategy: 2017 — 2021*. Xangai, 30 de junho de 2017. Disponível em: < <https://www.ndb.int/about-us/strategy/strategy/> > . Acesso em: 19 dez. 2019.
- NBD (NEW DEVELOPMENT BANK). *Agreement on the New Development Bank*. Fortaleza, 15 de julho de 2014. Disponível em: < <https://www.ndb.int/wp-content/themes/ndb/pdf/Agreement-on-the-New-Development-Bank.pdf> > Acesso em: 06 fev. 2019.
- Oliveira, Henrique Altemani de. Brasil e China: uma parceria predatória ou cooperativa? *Tempo do Mundo*, V. 2, N. 1 — Jan. 2016.
- Poulantzas, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.
- Poulantzas, Nicos. *Classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.





- Putnam, Robert. Diplomacia e política doméstica: a lógica do jogos de dois níveis. IN: *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, nº 36, pp. 147-174, jun 2010.
- Saraiva, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? *Relações Internacionais* [online]. 2014, n. 44, pp. 25-35.
- Singer, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: Singer, André; Loureiro, Isabel (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016. p. 21-55.
- Sousa, Ana Tereza Lopes Marra de. *RELAÇÕES BRASIL-CHINA: INTERESSES, QUESTÕES E RESULTADOS*. 2016. 353 f. Tese (Doutorado) — Curso de Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Unesp, Unicamp e Puc-sp, São Paulo, 2016.
- Spektor, Mathias. *O projeto autonomista na política externa brasileira*. In: Aristides Monteiro Neto. (Org.). *Política Externa, Espaço e Desenvolvimento*. 1ed. Brasília: Ipea, 2014, v. 3, p. 17-58.
- Stuenkel, Oliver. Emerging Powers and Status: The Case of the First BRICs Summit. *Asian Perspective*, Vol. 38, p. 89–109, abr. 2014. Trimestral.
- Teschke, Benno e Wyn-Jones, Steffan. Marxism in Foreign Policy. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Oxford University Press, Online Publication, 2017.
- Troyjo, Marcos. Entrevista no Programa Roda Viva da TV Cultura. São Paulo, 2016. Disponível em: < [https://tvcultura.com.br/videos/52124\\_roda-viva-marcos-troyjo-29-02-2016.html](https://tvcultura.com.br/videos/52124_roda-viva-marcos-troyjo-29-02-2016.html) > . Acesso em: 15 nov. 2019.
- Van Apeldoorn, Bastiaan. Estratégia geopolítica e hegemonia de classe: para uma análise materialista-histórica de política externa. *Plural*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 135-160, 2 dez. 2017. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).
- Vasconcelos, Jonnas Esmeraldo Marques de. *Brics: agenda regulatória*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- Vigevani, Tullo, Cepaluni, Gabriel. *A política externa brasileira: busca de autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

